

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.688 - SE (2019/0259101-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

EMBARGANTE : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
SENAI

ADVOGADO : BRUNO NOVAES ROSA E OUTRO(S) - SE003556

EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS. OMISSÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO FUX. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 7 DO STJ. EMBARGOS DO SENAI ACOLHIDOS, A FIM DE FIXAR OS HONORÁRIOS RECURSAIS EM 1% DO VALOR ARBITRADO PELA CORTE DE ORIGEM.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI contra decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SENAI. ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SALÁRIO-EDUCAÇÃO E INCRA. ISENÇÃO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

2. Sustenta, em suma, omissão quanto aos honorários recursais.

3. Sem impugnação (fls. 833).

4. É o relatório.

5. Consoante o disposto no Enunciado Administrativo 7, aprovado pelo Plenário desta Corte Superior, *somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11 do novo CPC.*

6. O acórdão recorrido foi publicado já na vigência do Código Fux, cujo art. 85, § 11 prevê a fixação de honorários em caso de desprovimento do recurso. Plenamente cabível - e necessário -, destarte, seu arbitramento no presente

Superior Tribunal de Justiça

caso, pelo que se configura a omissão apontada na decisão embargada.

7. Ante o exposto, acolhem-se os Embargos de Declaração do SENAI, a fim de fixar os honorários recursais em 1% do valor arbitrado pela Corte de origem.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR